

Acrescente-se, ainda, que as rixas entre estes trabalhadores são mais frequentes em ambientes festivos e quando muitos deles já se encontram sob o efeito do álcool, de que, aliás, são acusados de consumir em excesso. Mas, não se servirão, em certos casos, do consumo de álcool como uma forma de evasão?

Não será essa sua agressividade uma descarga emotiva (brutal em muitos casos), ou ainda mecanismos de “defesa” em funcionamento?

O comportamento destes emigrantes não será regulado por mecanismos idênticos ao de um “filho mal-amado” que, na escola, transvaza as suas inseguranças e rejeições, tornando-se o líder das desordens e o terror dos companheiros?

Tal como as respostas a estas perguntas ficaram por dar, muitos aspectos não foram abordados, enquanto outros foram apenas levemente afluídos, englobando um conjunto de questões que carecem de aprofundado estudo através de uma acção interdisciplinar integrando contributos dos vários sectores e recursos das ciências humanas e sociais, para o qual chamamos a atenção de possíveis interessados.

(in *ÁFRICA*, nº 9, Lisboa, Jul. /Set., 1980)

### 3. Cabo-Verdianos em Portugal

Cabo Verde apresentou-se, desde sempre, como uma sociedade migrante, primeiramente no espaço do próprio arquipélago (interilhas) e depois, difundindo-se pelo mundo, em deslocações de âmbito intercontinental.

As razões que levam o cabo-verdiano a optar por uma via migratória resultam, sobretudo, da frágil estrutura socioeconómica do seu país. Esta débil situação advém do facto de a organização económica do arquipélago assentar, em grande parte, numa agricultura de subsistência, condicionada por “ciclos de secas” (devido a chuvas irregulares) que provocam a falta de géneros alimentares de primeira necessidade e que dantes ocasionavam graves períodos de fome. De igual modo, o aumento quase explosivo da população impele o cabo-verdiano a abandonar a sua terra natal, motivado pela escassez de postos de trabalho.

Apesar de, no contexto socioeconómico das ilhas, a actividade industrial ser pouco significativa, saliente-se que, devido ao decréscimo da produtividade no sector agro-pecuário e ao desaparecimento das modestas estruturas semi-industriais, a ocupação da mão-de-obra reduziu-se, drasticamente, com nefastas repercussões no mercado de emprego.

Outra das razões, que também concorre para o cabo-verdiano se evadir do arquipélago, centra-se em factores de ordem histórica, na medida em que as emigrações acompanharam a evolução da sociedade cabo-verdiana, existindo a tradição de muitos dos emigrantes chamarem familiares para junto de si.

Acresce o facto de o torna-viagem ser geralmente considerado um elemento bem sucedido no estrangeiro e, conseqüentemente, levar à mitificação de que “lá fora” a vida é mais fácil e de que as probabilidades de subsistência e a melhoria do nível de vida são bem maiores do que no arquipélago. Deste modo, o cabo-verdiano sonha partir em busca de uma realização material e social, mas sempre desejando regressar um dia à sua terra para gozar uma vida mais desafogada junto dos seus familiares e amigos. No entanto, raramente consegue regressar à sua terra tão rapidamente e, na maioria dos casos, nem tão abonado como pretendia.

Assim, para fazer face aos múltiplos obstáculos geoclimáticos, sociais e económicos, o cabo-verdiano tem rumado para diversos destinos, conforme a conjuntura do momento, levando a que, em cada época, surja uma corrente migratória que se sobrepõe às restantes, levando a que se tenham sucedido no tempo o continente americano, o africano e, mais recentemente, o europeu.

A emigração cabo-verdiana para a Europa iniciou-se, praticamente, como consequência da Segunda Guerra Mundial, pelo que pode ser analisada e contextualizada como o resultado de uma conjuntura político-económica. Acontece que, na década de cinquenta, alguns países europeus assistiram a um franco crescimento, impulsionado pela reconstrução de estruturas devastadas pela guerra, o que ocasionou uma enorme necessidade de mão-de-obra generalizada, atraindo trabalhadores de regiões menos desenvolvidas, entre as quais Portugal e também Cabo Verde, então sua colónia.

Recorde-se que o primeiro destino europeu dos cabo-verdianos

foi a Holanda, onde começaram por prestar serviço na marinha mercante. Passados alguns anos, face aos sucessos obtidos pelos primeiros emigrantes, sucederam-se deslocações rumo a França, Luxemburgo, Itália, Bélgica, Alemanha, etc. Este fluxo migratório só diminuiu com a recessão económica europeia, que dificultou a entrada de estrangeiros neste continente (nomeadamente no espaço da União Europeia). Como refere Maria Beatriz Rocha Trindade, “a Europa, tradicional ponto de partida para a demanda de novos mundos, vai, após os anos 60, ganhar uma nova configuração social com existência de fluxos populacionais dos países do sul para o norte; por outro lado, a vinda de homens e mulheres oriundos das antigas colónias europeias, deslocados sucessivamente, constituirá a ocasião histórica que permite desencadear o debate sobre a realidade pluricultural em geral e sobre o alcance do desenvolvimento do projecto de metodologia intercultural em particular.

As migrações funcionarão, assim como uma espécie de “detonador” da consciência da pluriculturalidade, de diferenças sociais que desde sempre tinham subjazido ao funcionamento das sociedades europeias”<sup>30</sup>.

No caso concreto de Portugal, atente-se que, de início, funcionou como uma espécie de “placa giratória” que os cabo-verdianos escalavam antes de seguirem rumo a outros países europeus (principalmente, por ser, na altura, o país de que Cabo Verde dependia).

Todavia, podem destacar-se três fases no que respeita à emigração de cabo-verdianos para Portugal, segundo os momentos em que entraram neste país em números mais significativos, um escalonamento de certa maneira relevante para uma melhor compreensão do processo de integração na sociedade portuguesa.

<sup>30</sup> ROCHA-TRINDADE, Maria B. – “Perspectivas Sociológicas da Interculturalidade”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, 123-124, 1993, p. 873

Assim, verificou-se em meados da década de sessenta uma entrada massiva de cabo-verdianos em Portugal, que constituiu a primeira vaga de trabalhadores provenientes daquelas ilhas.

Pelo facto de Portugal ainda ser a potência colonizadora, boa parte das deslocações daqueles cabo-verdianos foram estimuladas pelas próprias entidades governamentais, uma vez que vinham preencher não só a escassez de mão-de-obra resultante da emigração de portugueses para outros países europeus, mas também a resultante da ausência dos que prestavam serviço militar nas várias frentes da Guerra Colonial em África.

Deste modo, aqueles trabalhadores eram, na época, desejados em Portugal, facto a que se juntava a vontade do próprio cabo-verdiano de sair do arquipélago (face às dificuldades de toda a ordem que enfrentava), acrescida das probabilidades de tentar seguir para outro país europeu economicamente mais apelativo.

→ Tratou-se, sobretudo, de uma mão-de-obra sem qualificação (escolar e profissional) que veio preencher os lugares deixados vagos pelos trabalhadores portugueses. Verificou-se que a fraca preparação desses cabo-verdianos se reflectiu no seu recrutamento no mercado laboral, originando vínculos precários, baixos salários e a sua ocupação em sectores recusados pela população autóctone, como sejam os serviços de limpeza e trabalhos mais pesados da construção civil, obras públicas e sector mineiro (postos de trabalho insalubres, perigosos e na maioria dos casos mal pagos).

Após o 25 de Abril de 1974, quando se processou a descolonização das colónias africanas, Portugal assistiu ao regresso de muitos dos seus nacionais (alguns funcionários administrativos), bem como a entrada dos africanos que optaram pela continuação da nacionalidade portuguesa.

A segunda fase de “grandes deslocações” de cabo-verdianos rumo a Portugal aconteceu por essa altura, mas estes tiveram uma

outra forma de acolhimento, tanto no sector laboral como pela sociedade em geral, pelo facto do país se encontrar sobrelotado no que toca à mão-de-obra para os postos laborais disponíveis durante o período de transição do regime político-económico.

Parte desses cabo-verdianos chegaram com o estatuto de “retornados” e foram integrados nos quadros da função pública, em ocupações semelhantes às que exerciam anteriormente nas ex-colónias portuguesas. Disso resultou grande percentagem daquilo que se poderá considerar a “classe média” do cabo-verdiano em Portugal, juntamente com os pertencentes a quadros de organismos, técnicos e comerciantes, que continuaram a exercer as suas actividades.

Na década de oitenta, apesar dos muitos entraves, surgiu uma “nova vaga” de imigrantes, que praticamente ainda não cessou, coincidindo com um momento de recessão económica, situação em parte responsável para que a inserção laboral e social destes cabo-verdianos tenha sido (nalguns casos, continue a ser) muito dificultada. Note-se, também, que após a Independência de Cabo Verde (em 1975), o cabo-verdiano passou a ser estrangeiro e, como tal, sujeito a condicionalismos legais não existentes enquanto oriundos de uma colónia portuguesa.

Esta corrente migratória apresentou-se quase inversa à primeira, porque, embora os cabo-verdianos continuassem à procura de um contexto económico-social que lhes proporcionasse oportunidades para concretizarem os seus desejos de uma melhoria de vida, Portugal já não se mostrava interessado em acolher mais imigrantes, começando mesmo por restringir a sua entrada, nomeadamente para dar cumprimento às normas da União Europeia, da qual se tornou membro.

Por tudo isto, estes trabalhadores cabo-verdianos passaram a fazer parte das camadas da população portuguesa com enormes carências aos níveis da instrução, emprego, habitação e saúde, com fortes repercussões na sua possível integração social, tendo em

conta os problemas resultantes da actual escassez de postos de trabalho no país.

Uma vez que o cabo-verdiano (como qualquer outro imigrante) procura locais onde já existam outros conterrâneos, importa salientar que, mesmo com certas restrições, tentaram contorná-las com vista a juntarem-se a amigos e familiares em Portugal.

Neste contexto, entram em contradição os interesses de cada uma das partes, ou seja, Portugal dificultando a entrada de estrangeiros e os cabo-verdianos insistindo em emigrar para este país.

O resultado mais flagrante desta situação traduz-se na presença de muitos "imigrantes ilegais" que entram com vistos de turistas e acabam por instalar-se para além do prazo estipulado, tornando-se elementos de certa forma indesejados, por se mostrarem incómodos tanto legal, como social e economicamente. Recorde-se, a propósito, que, apesar de terem decorrido dois períodos dedicados a legalizações extraordinárias, sabe-se que é significativo o número de cabo-verdianos que não chegaram a regularizar a sua situação, por vários motivos, nomeadamente dificuldades na obtenção dos documentos exigidos.

Assim, com vista à sua subsistência, muitos cabo-verdianos viram-se na necessidade de se sujeitarem às complicadas exigências do mundo laboral. Daí que grande parte destes imigrantes (homens) continua a encontrar ocupação na construção civil onde se vêem obrigados a aceitar "formas ocultas de trabalho", através de recrutamentos sem contratos, que acarretam múltiplas formas de exploração. Segundo o *Semanário Expresso*, refira-se ainda que "Cabo Verde é actualmente o principal país emissor de mão-de-obra legal para Portugal. Em relação aos dados dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, há cerca de 22 mil trabalhadores oriundos daquele país a desenvolver a sua actividade profissional em Portugal (...) Em contrapartida, da totalidade dos imigrantes cabo-ver-

dianos apenas 354 desenvolvem actividade de carácter intelectual e somente 15 fazem parte dos quadros superiores de empresas"<sup>31</sup>. Tal facto advém do baixo grau de instrução desses imigrantes, possuindo uma grande parte apenas o 1º ciclo do ensino básico.

Entre os diversos problemas com que estes trabalhadores se confrontam na construção civil destacaremos não só o facto de estarem expostos a muitas situações de perigo, por desconhecimento da legislação em vigor, mas também o de estarem ilegais no país, o que os obriga a aceitar todo o tipo de trabalho. Assim, por não poderem contestar, muitos empregadores sem escrúpulos aproveitam-se desse facto em benefício próprio, fugindo às suas responsabilidades.

Por este motivo, os acidentados não beneficiam da cobertura de um seguro e, embora a lei portuguesa estipule que todo o empregador tenha segurado os trabalhadores ao seu serviço, muitos empreiteiros fazem seguros para um número inferior aos elementos que realmente têm na sua dependência, acabando por não abrangerem imigrantes ilegais.

Outra questão ligada à segurança no trabalho reside no facto de grande parte dos cabo-verdianos inseridos nesse sector não possuírem qualquer formação nessa área, pelo que não estão devidamente informados e sensibilizados para a necessidade de usarem sempre materiais de protecção (capacetes, protecção auricular, cintos de segurança, etc.), incorrendo, por isso, mais facilmente em acidentes. Trata-se, sem dúvida, de falta de formação, pois se o trabalhador não conhece ou não está familiarizado com estes elementos, dispensa-os e propicia a ocorrência de acidentes com piores consequências e sem suportes legais.

<sup>31</sup> *Expresso*, de 28-10-2000.

Nestas condições, os trabalhadores são triplamente explorados pela fonte patronal, na medida em que recebem um salário inferior ao estipulado nos contratos colectivos (o patrão paga aquilo que entende), vêem-se confrontados com um extenso horário laboral (sob pena de serem despedidos se não o cumprirem) e alguns chegam mesmo a sofrer “descontos imaginários” para uma suposta Segurança Social. Escusado será dizer que tais “descontos” são apenas um pretexto que a fonte empregadora usa para se furtar ao pagamento total do valor acordado, guardando para si uma parcela do referido quantitativo, de modo que esses trabalhadores acabam por não estar cobertos por qualquer tipo de segurança social.

Contudo, mesmo que tenha conhecimento disso, o cabo-verdiano não reclama, devido ao facto de o seu estatuto de estrangeiro indocumentado não lhe permitir qualquer afrontamento, face à subsequente retaliação por parte da entidade patronal. As mesmas razões impedem-no, também, de recorrer aos sindicatos, tanto assim que a maioria dos emigrantes em situação ilegal nem sequer se sindicaliza.

Além do mais, normalmente estes imigrantes têm famílias numerosas para sustentar e, às vezes, também com elementos em situação ilegal. Calam-se, ainda, movidos pelo sonho de, mesmos com sacrifícios, conseguirem amealhar algum pecúlio que lhes permita regressar à sua terra natal o mais breve possível.

Todavia, apesar do seu significativo contributo para o desenvolvimento registado em Portugal, tal não tem beneficiado grandemente o imigrante cabo-verdiano. Mesmo a própria cabo-verdiana imigrante, que a princípio se ocupava unicamente da lide doméstica e da educação dos filhos, viu-se também na obrigação de procurar trabalho para ajudar a colmatar a débil economia do lar, tendo-se tornado, a sua participação, uma parcela indispensável para a manutenção da família, face aos sucessivos aumentos do custo de vida.

Daí resulta que muitas imigrantes cabo-verdianas se encontrem, actualmente, a desempenhar funções como empregadas domésticas, mulheres-a-dias, peixeiras, na área da restauração e em firmas de limpeza, entre outras. Mas estas ocupações representam um conjunto de “profissões menores”, proporcionadas pela baixa escolaridade que possuem, aliada por vezes a situações de ilegalidade (portanto, profissões que não exigem documentação específica). Com o intuito de proporcionar melhores oportunidades, existem alguns centros de formação (conduzidos por entidades que não estão sob a tutela do Estado), que procuram fornecer os conhecimentos básicos para o exercício da profissão a mulheres provenientes destas comunidades imigrantes, conferindo-lhes, à posteriori, certificados que lhes permitem concorrer em pé de igualdade a diversificados postos de trabalho.

Porém, o facto de o imigrante cabo-verdiano ser considerado mão-de-obra “fácil e barata” torna-o preferido nalgumas actividades, numa concorrência com os autóctones no mercado laboral, que se processa, justamente, numa conjuntura em que a oferta não abunda. Isso conduz, muitas vezes, a manifestas situações de racismo, motivadas basicamente pelo facto de os nativos se sentirem “roubados” no seu direito de naturais destinatários dos poucos empregos.

Neste sentido, basta recordar que, nos casos em que a oferta se encontra em proporção próxima ou superior à procura, aquelas marginalizações esbatem-se, quase que desaparecendo (vejam-se, a este propósito, o decurso das relações laborais no sector da construção civil e obras públicas, aquando da preparação da “Expo 98”).

Refira-se que os cabo-verdianos, por possuírem uma cultura própria, trouxeram consigo estilos de vida característicos, resultantes da própria evolução da sua sociedade, em grande parte condicionada pelas especificidades do meio ambiente, os quais se

reflectiram bastante no respectivo contacto com o modo de vida adoptado em Portugal.

Assim, a sua adaptação não tem sido fácil face à sua condição de imigrante em terras lusas. O problema habitacional com que, por exemplo, se confrontam estes cabo-verdianos (sobretudo os com maiores dificuldades económicas), mostra-se preocupante e complexo, levando a que a maior parte viva em construções precárias (nas conhecidas "barracas").

Oriundos de uma vivência com carácter comunitário, os cabo-verdianos, num sentimento de solidariedade, "aglomeram-se", geralmente, em bairros onde já residam outros conterrâneos. Tais núcleos situam-se quase sempre na periferia das urbes e, ainda que a maioria viva em "casas" construídas pelos próprios, muitas vezes ocupam ilegalmente terrenos. São, por isso, habitações clandestinas e que, em elevada percentagem, não estão preparadas com as infra-estruturas básicas (água, luz e esgotos), para além de serem bastante "acanhadas", tendo em conta o número de residentes.

Acresce que a conhecida tradição de entreeajuda conduz a um conceito de família "bastante alargada" (incluindo laços não apenas consanguíneos), construída com base num forte sentido de união, intrínseco aos cabo-verdianos, fazendo com que numa mesma habitação possam residir familiares afastados e ainda amigos. Esse factor é muito importante, na medida em que se reflecte no aspecto da distribuição das pessoas (idades e sexos) e na sobreocupação da "casa" (regra geral pouco espaçosa). A sobrelotação abarca não só os residentes habituais, como também uma população flutuante que chega e parte constantemente, ali se abrigo temporariamente.

No âmbito da ocupação dos espaços, e como resultado dos seus hábitos tradicionais, verifica-se que a relação entre a utilização do interior e o exterior das habitações, tão característica de alguns bairros, não pode ser desligada da cultura de origem destes

imigrantes e do facto de se verem confinados a acanhadas barracas, contrariamente, às grandes áreas disponíveis nas zonas rurais das suas ilhas.

Daí que sintam necessidade de utilizar o espaço exterior em frente às suas habitações para executar diversas tarefas domésticas (à semelhança do que acontecia no interior do quintal em Cabo Verde), nomeadamente para cozinhar, lavar e estender a roupa, banhar e pentear as crianças, coser a roupa, etc.

Assim, toda a área envolvente das habitações é fortemente socializada, constituindo um importante factor de intercomunicação local, sobretudo entre as mulheres. Denota-se, portanto, uma alteração relativamente aos costumes da terra de origem, dado que, no arquipélago, muitas destas actividades eram do domínio privado (aconteciam no quintal da casa - espaço íntimo), enquanto que nos bairros passaram ao domínio público (expostos aos olhares de todos, inclusive elementos estranhos ao bairro).

Porém, apesar das precárias condições em que grande parte vive, existem algumas famílias cuja habitação é aceitável, sobretudo se os seus fogos estão equipados com um mínimo de conforto, com electricidade, água canalizada, esgotos, casas de banho e cozinha interior, complementados com a utilização de electrodomésticos (casos do frigorífico, esquentador, fogão, etc.), televisores, vídeos, equipamentos de som, telefone, etc.

Acontece que muitos destes imigrantes estão dispostos a tentar adquirir uma casa no regime da chamada "habitação social", embora a sua condição de cidadão estrangeiro lhes dificulte o acesso a determinadas regalias neste sector.

Actualmente, os responsáveis a nível autárquico procuram ultrapassar alguns dos problemas dos "bairros da lata", através de planos de realojamento não só dos autóctones, mas também dos imi-

grantes com situação regularizada, pelo que, no caso dos ilegais, é pouco provável que o seu desejo seja concretizado desta maneira.

Atente-se ao facto de muitas vezes estarem instalados em terrenos de que os proprietários necessitam para outros projectos, pelo que para "reaver" aqueles espaços, as Câmaras Municipais têm procedido à construção de bairros de carácter social para as famílias ilegais. Desta forma, muitos imigrantes têm usufruído deste sistema, conseguindo o privilégio de uma casa própria.

O facto de muitos cabo-verdianos viverem em meios sociais desfavorecidos e degradados coloca em perigo a sua saúde, uma questão de difícil solução principalmente para os desempregados ou em situação de subemprego (os seus recursos financeiros são agravados pelo facto de enviarem algum do pouco dinheiro de que dispõem para familiares em Cabo Verde).

Saliente-se que os cabo-verdianos com o "estatuto" de ilegais se confrontam ainda com problemas relacionados com o acesso aos sistemas de saúde. Recorde-se que as condições de vida precárias e um clima diferente daquele a que estavam habituados, associados à falta de higiene e saneamento básico dos bairros degradados, propiciam o aparecimento de grande número de doenças, sobretudo entre as crianças.

Portanto, a habitabilidade nos bairros superlotados ou com deficiente saneamento básico, ligada à sobrelotação das casas sobreocupadas, na prática barracas cujo tipo de materiais de construção utilizados (chapas de zinco, madeiras, etc.) são insuficientes para proteger os seus ocupantes da humidade e do frio no Inverno ou das altas temperaturas no Verão, conduzem a problemas de saúde (sobretudo de foro respiratório).

Em certos casos, acontece também que o elevado número de ocupantes nos alojamentos favorece o contágio das doenças, aliado

ao facto de, por falta de conhecimento, as mães de crianças portadoras da sarna e tinha, por exemplo, não as considerarem doenças, mas antes situações normais na vida evolutiva dos filhos, o que facilita a propagação das mesmas.

Entre outras enfermidades que mais afectam esta comunidade, destacamos as doenças infecciosas da pele, quase sempre adquiridas através da contaminação por parasitas, bem como doenças broncopulmonares, que ocorrem principalmente durante o período de Inverno (ocasionadas pelas más condições de vida e agravadas pela não adaptação ao modo de vestir para um clima húmido e frio), doenças relacionadas com a subnutrição, desequilíbrios alimentares, diarreias e infecções gastrointestinais.

Os problemas relacionados com a subnutrição e desequilíbrios alimentares apresentam-se com repercussões graves na população mais jovem. Detectados normalmente pelos professores ou por assistentes sociais, têm-se observado casos de raquitismo originados por uma alimentação deficiente (na maioria das vezes ocorre em famílias com maiores dificuldades económicas, que não podem proporcionar-lhes alimentos mais saudáveis), factor que pode contribuir para um mau aproveitamento escolar.

Convém referir que a forma como a comunidade cabo-verdiana encara a prevenção da doença difere consoante os sexos, na medida em que as mulheres se preocupam mais com os problemas da saúde do que os homens. Em todo o caso, verifica-se que só recorrem à assistência médica em última instância, não só devido aos seus problemas financeiros, mas principalmente aos muitos obstáculos impostos pelas barreiras burocráticas.

Se, por um lado, as próprias influências culturais dos cabo-verdianos podem trazer algumas dificuldades em se adaptarem aos hábitos da sociedade receptora (por exemplo, usar agasalhos apropriados para o clima português), por outro lado, nem todos estes

imigrantes têm acesso aos cuidados de saúde, por se encontrarem ilegalmente em Portugal ou não possuírem contratos de trabalho, aspectos que lhes retiram o direito à assistência através do Serviço Nacional de Saúde. A juntar a tudo isto está a dificuldade de muitos deles no preenchimento correcto das formalidades e burocracias do sistema de saúde português.

Constata-se, por isso, que sentem uma sensação de rejeição por parte de alguns técnicos de saúde, atitude que, conjuntamente com a prática de auto-medicação e a não prevenção da doença, conduzem ao agravamento dos problemas da saúde, em especial durante o período de transição e adaptação ao ambiente e cultura portugueses.

Daí que, em caso de doença e para contornarem os obstáculos burocráticos, muitos imigrantes cabo-verdianos socorrem-se, em particular, dos serviços de urgência dos hospitais, preferindo-os aos Centros de Saúde, onde poderiam ser acompanhados regularmente por um médico de família. Esta opção prende-se com o facto de muitos deles se encontrarem em situação ilegal (ou sem contrato de trabalho) e, como tal, sem direito à segurança social e assistência médica, condições que seriam detectadas com maior facilidade nos "controlos" das secretarias, pois em "situações de urgência" são, normalmente, feitos depois do respectivo atendimento, o que não acontece com as consultas marcadas em situações normais.

Outra vertente a ter em conta na relação médico/utente caracteriza-se pelas dificuldades de comunicação, resultantes do não domínio total da língua portuguesa, do analfabetismo e também da forma como são, por vezes, recebidos nalguns serviços de saúde, levando-os a preferir as "urgências", onde têm mais probabilidade de serem atendidos pelo facto dos horários praticados pelos Centros de Saúde nem sempre serem compatíveis com as suas jornadas de trabalho.

Embora existam acordos firmados na área da saúde entre Portugal e Cabo Verde, considerados válidos para os imigrantes

legalizados, a informação que chega até estes acerca do acordado nos mesmos é de tal modo insuficiente que só raras vezes, por desconhecimento, usufruem em pleno dos seus direitos.

Além disso, mesmo os legalizados não são aceites em diversos serviços de saúde, por também desconhecerem o âmbito dos acordos entre Portugal e Cabo Verde. Trata-se de uma falha que assenta em vectores da divulgação da informação, tanto por parte da própria Embaixada, que não faz a devida difusão junto dos seus cidadãos residentes no país, como do Ministério da Saúde Português que não informa, convenientemente, os seus profissionais acerca da amplitude desta cooperação.

Saliente-se que, relativamente aos imigrantes legalizados, se assiste a diferentes formas de procedimento, pois aqueles que têm contratos acedem aos benefícios da Caixa de Previdência e recebem alguma participação na assistência médico-medicamentosa, enquanto que os que trabalham sem contrato não têm direito a estes benefícios.

Contudo, mesmo esta "assistência parcial" não se verifica na totalidade quando um casal vive em união de facto, porque (embora vivendo em comunhão de rendimentos, casa e mesa) se um dos elementos tiver direito à assistência médica, o outro parceiro não usufrui dessa mesma possibilidade, uma vez que perante a lei não estão casados. No entanto, os filhos desse casal têm a oportunidade de gozarem da assistência médica, aspecto que também tem acarretado alguns problemas a cabo-verdianos indocumentados porque, permanecendo ilegais, os próprios filhos ficam à margem dos benefícios.

Deste modo, estes imigrantes, para terem acesso aos cuidados de saúde, aproveitam as falhas no sistema e utilizam certos "subterfúgios", na medida em que um mesmo cartão é utilizado por várias pessoas, falsificando a identidade do paciente, com todas as consequências nefastas daí resultantes.

Portanto, perante aspectos de segregação relativamente aos imigrantes cabo-verdianos, recorde-se que, no âmbito da integração de elementos de etnias diferentes numa sociedade, na Conferência sobre Política Cultural, promovida pela UNESCO (já em 1973) afirmava-se que “a aceitação da diversidade cultural numa comunidade e a reconciliação com o pluralismo cultural numa unidade nacional, constitui um dos maiores desafios para as políticas culturais do futuro”<sup>32</sup>.

A pertinência desta questão coloca-se a Portugal, porque possui um diversificado contingente de imigrantes para os quais se torna imperativo encontrar um equilíbrio entre a sua possível integração/inserção com sucesso e a defesa das respectivas culturas de origem. Neste contexto, o desenvolvimento da formação profissional para todos e a promoção de uma educação de base intercultural podem contribuir para uma integração social de forma harmoniosa, que dependerá grandemente do grau de sensibilização para o problema inculcado aos cidadãos.

Deste modo, só uma coerente formação sobre o assunto poderá “transmitir valores e suscitar práticas de comportamento que visem desenvolver a apetência à comunicação e relação interpessoal e comunitária”, ou seja, levar “à descoberta da alteridade como ligação e não como barreira”<sup>33</sup>, através do fomento de metodologias pedagógicas que valorizem o pluralismo cultural, fundamentado no respeito pelas outras culturas.

Acontece que o processo migratório gera referências múltiplas e relações de transnacionalidade entre o país de origem e o país de acolhimento, por vezes contraditórias porque, ao encontrar-se

<sup>32</sup> LE COURIER, July, ASIACULT: Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Asia, Yogyakarta, 27 de Outubro a 6 de Novembro de 1973.

<sup>33</sup> PEROTI, António, “A Educação Intercultural, as experiências do Conselho da Europa” – Conferência proferida em Budapeste, em 1991, in *Educação Intercultural*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992-1993.

entre dois pólos, o emigrante defronta-se com a rearticulação prática e simbólica das suas identidades e experiências.

A conciliação dos sentimentos identitários que a história colectiva e pessoal cruzaram origina várias atitudes ao nível dos valores. As mais correntes podem ser tipificadas em situações como sejam a indiferença e minoração dos laços nacionais, por aqueles para quem a escolha foi dramaticamente sentida e, ainda, os que valorizam as relações históricas da intercontinentalidade, ou os que ultrapassaram a noção de nacionalidade através da visão cósmica de um mundo alargado.

Porém, apesar da interacção com a sociedade receptora, os grupos étnicos podem preservar a sua identidade (por diferença ou oposição), marcando a sua especificidade a partir das representações que fazem dos outros e de si próprios. Esta diferenciação estabelece-se com mais profundidade na falta de comunicação e intercâmbio de identificações, na ausência de vincadas identidades por se tornarem rígidas e mesmo antagónicas.

Esta é a razão pela qual a inserção do imigrante numa sociedade que lhe é adversa se torna, por vezes, conflituosa, resultando daí a tendência para criar mecanismos de defesa, isolando-se na busca da reafirmação da sua identidade, e só em último caso tenta integrar-se no novo contexto sociocultural.

Alguns dos bairros onde residem cabo-verdianos desempenham este papel de auto-defesa, porque através da interdependência das alianças familiares e das relações de vizinhança, geram fortes laços de solidariedade e apoio, ao mesmo tempo que conservam as suas normas de controlo no âmbito dos valores, comportamentos e tradições. O facto de a comunidade cabo-verdiana manter uma grande coesão permite-lhe reforçar as identidades cultural e nacional, apesar de a sociedade hospedeira se lhe mostrar um tanto hostil.

À primeira vista, a interacção entre cabo-verdianos e portugueses decorre de forma bastante aceitável, muito embora surjam pequenos conflitos pontuais, geralmente na esfera das relações de menor proximidade socioeconómica. Porém, a um nível mais profundo, estas relações são, maioritariamente, sentidas pelo imigrante como francamente negativas e expressas através de sentimentos e emoções que vão da inquietação a uma certa marginalização. Tais reacções prendem-se, por um lado, com a dificuldade da sua integração na sociedade de acolhimento e, por outro, associam-se às condições de vida e ao confronto entre diferentes culturas.

Embora muitos cabo-verdianos tenham uma imagem dos portugueses como um povo hospitaleiro e afável, o encontro da comunidade imigrante com a sociedade de acolhimento não se tem realizado de uma forma totalmente passiva, sobressaindo disso alguns atritos provocados pelos grupos radicais, devidos à concorrência nos postos de trabalho. São geralmente as camadas mais desfavorecidas a considerarem que os portugueses têm atitudes racistas e marginalizantes, que expressando-o, sobretudo, em situações em que a emoção lhes facilita a demonstração dos seus verdadeiros sentimentos.

Supomos, portanto, que aquilo que se pode considerar hostilidade/racismo varia de acordo com o nível cultural da situação económica, porque, normalmente, apresentam-se como mais emotivos aqueles que possuem um nível de formação mais baixo, impulsionados, certamente, pela falta de sensibilização para uma vivência pluricultural e multiétnica.

Quanto à relação identidade cultural/nacionalidade, verifica-se que muitos cabo-verdianos têm tentado nacionalizar-se portugueses por razões acima de tudo profissionais, continuando a sentir-se cabo-verdianos. A questão principal prende-se com o facto de terem deixado em Cabo Verde o “umbigo enterrado”, com todas as ligações afectivas e culturais daí provenientes.

Por esse motivo, o traço que aparentemente une toda a comunidade cabo-verdiana resulta do seu nascimento no arquipélago, ou pelo facto

de serem filhos de cabo-verdianos, numa referência cultural que engloba uma multiplicidade de dimensões como o ambiente social, a paisagem física, a família, o modo de vida ilhéu, a insularidade, a solidariedade entre os conterrâneos (djuda, junta-mom, mão trocada), etc. Em suma, ser cabo-verdiano é todo um modo de “ser, viver e sentir caboverdianamente”, que o imigrante transporta consigo nas suas deambulações por destinos vários. Como refere Luís França, “o traço essencial que parece unir a comunidade cabo-verdiana, do ponto de vista da sua identidade, é um laço simbólico com o país “O orgulho de ser e de se dizer cabo-verdiano”. O ser cabo-verdiano parece ultrapassar as diferenças do estatuto social, os longos percursos migratórios e a situação jurídica face à nacionalidade recriando solidariedade, oposições e confrontos”<sup>34</sup>.

Saliente-se, contudo, que a comunidade cabo-verdiana em Portugal não constitui um todo homogéneo, visto existirem clivagens, baseadas, sobretudo, nas diferenciações socioeconómicas dos seus membros, cujas relações afectivas e ligações culturais com Cabo Verde são diversificadas conforme os respectivos percursos<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> FRANÇA, Luís (coord.), *A Comunidade Cabo-verdiana em Portugal*, Lisboa, I.E.D., s/d

<sup>35</sup> Aliás, a própria questão da nacionalidade/naturalidade não é, de todo, líquida nos casos de imigrantes cabo-verdianos. Disto é exemplo o que a Constituição da República de Cabo Verde, no seu art.º 5º, determina: “1 - São cidadãos cabo-verdianos todos aqueles que, por lei ou por convenção internacional, sejam considerados como tais; 2 - O Estado poderá concluir Tratados de dupla nacionalidade; 3 - Os cabo-verdianos poderão adquirir a nacionalidade de outro país, sem perder a sua nacionalidade de origem”.

Também o Decreto nº 114/90, de 8 de Dezembro (BO nº 49) prevê que “aos filhos nascidos no estrangeiro de pai ou mãe de nacionalidade cabo-verdiana por nascimento (que pretendam lhes seja atribuída a nacionalidade cabo-verdiana), é da obrigação declará-los na Conservatória dos Registos Centrais ou nos serviços consulares competentes (...), da mesma forma que os indivíduos nascidos em Cabo Verde de pais estrangeiros que, à data do seu nascimento, residissem habitualmente em território nacional há pelo menos cinco anos, não estivessem ao serviço do respectivo Estado, e pretendam lhes seja atribuída a nacionalidade cabo-verdiana, devem declará-lo; isto é, lei da vontade do requerendo: direito do solo ou direito do sangue”.

Isto implica que os cabo-verdianos têm o direito de optar pela sua nacionalidade, quer sejam ou não naturais de determinado país.

Assim, no grupo social que consideraremos como médio, a identidade cultural cabo-verdiana é referenciada partindo de dimensões genéricas, como o modo de ser e de sentir, que se prende mais com os aspectos simbólicos. Por outro lado, nas camadas mais desfavorecidas, a identidade prende-se com especificidades culturais de ordem mais prática e menos globalizantes, como sejam a alimentação, o vestuário, a música, o convívio tradicional, a interajuda, o gestualismo, a língua, etc. De facto, “as raízes cabo-verdianas e as referências culturais (música, tradições) são determinantes nesta ligação com Cabo Verde. Verifica-se mesmo que a assunção da origem cabo-verdiana é (...) um veículo de afirmação pessoal e uma diferença valorizadora na sociedade de acolhimento (é agradável, útil, bom, ser cabo-verdiano)”<sup>36</sup>.

Convém realçar que, entre a diversidade de etnias que caracterizam certos bairros da área metropolitana de Lisboa, actualmente sobressai uma percentagem significativa de imigrantes oriundos de Cabo Verde. No entanto, a grande maioria dos habitantes da cidade/capital não faz ideia como os residentes naqueles bairros periféricos se organizam social e culturalmente, desconhecendo, igualmente, os intercâmbios culturais que estabelecem com a sociedade hospedeira, os quais são apenas percebidos de forma fragmentária e episódica (contactos nos transportes públicos, restaurantes, clubes nocturnos, etc.).

Apesar de existirem já alguns trabalhos parcelares neste sentido, que têm contribuído tanto para desbravar tal conhecimento, como para abrir caminho no sentido de melhor informar o grande público, escasseiam, ainda, estudos interdisciplinares cientificamente conduzidos, portadores de uma perspectiva global acerca da evolução urbanística dos referidos bairros e dos seus habitantes, com intuito de retratar as suas vivências e as relações socioculturais que os imigrantes cabo-verdianos mantêm com os restantes residentes, com os bairros vizinhos e com a sociedade portuguesa em geral, de modo a dar a conhecer a forma como tal se processa, bem como o respectivo grau da sua possível integração no país de acolhimento.

<sup>36</sup>GOMES, Isabel B., *Estudo da Caracterização da Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Embaixada de Cabo Verde em Portugal, 1999, p. 169.

#### 4. O Estigma da Faca

A partir de meados dos anos 60 começou a destacar-se na paisagem urbana de Lisboa um número significativo de africanos. Na sua maioria, tratava-se de trabalhadores cabo-verdianos recrutados naquele arquipélago (que na altura atravessava um período de seca) pelo governo de Marcelo Caetano, com vista a tentar colmatar a escassez de mão-de-obra que então se fazia sentir em Portugal, devido à forte emigração (quase sempre “a salto”) para a França e Alemanha, acrescida ao elevado número de pessoas dentro da faixa etária “mais produtiva” que se encontravam a prestar serviço militar nas três frentes da guerra colonial em África.

Com a intensificação dessa cadeia migratória, consolidou-se a presença dos africanos em Portugal, constituída, numa primeira fase, quase totalmente por trabalhadores não qualificados que se dedicavam à agricultura em Cabo Verde, destinados agora aos sectores da construção civil, serviços domésticos, limpeza e outros socialmente menos cotados no país hospedeiro.

Foi neste quadro que se processou a inversão no sentido tradicional dos fluxos migratórios em Portugal, o que levou ao surgimento de problemas complexos, nomeadamente, a falta de habitação. Este facto levou os cabo-verdianos a instalarem-se em “bairros clandestinos”, não planificados, sem as condições higiénico-sani-